MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DA JUSTIÇA**Portaria n.º 433/91**

de 27 de Maio

A Lei Orgânica da Polícia Judiciária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 295-A/90, de 21 de Setembro, possibilita, no seu artigo 92.º, n.º 3, a utilização pela Polícia Judiciária de armas de qualquer modelo e calibre.

Alguns preceitos, porém, máxime o artigo 104.º, n.º 1, alínea b), obrigam à regulamentação do tipo e calibre de armas que poderão ser objecto de uso e porte por diversas categorias de funcionários.

Consagra-se também, nessa mesma Lei Orgânica, o direito ao uso e porte de armas de defesa por parte de funcionários de investigação criminal aposentados sem se definir concretamente o calibre que as mesmas poderão em tal caso atingir.

Urge, por outro lado, estipular as condições em que a outras categorias de funcionários é permitido o acesso a armamento fornecido pelo Estado.

Com vista à prossecução destes objectivos, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 92.º, n.º 3, 104.º, n.º 1, alínea b), 110.º, n.º 1, alínea a), e 150.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 295-A/90, de 21 de Setembro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e da Justiça, o seguinte:

1.º O director-geral, os directores-gerais-adjuntos, os subdirectores-gerais-adjuntos, os directores do Departamento Central de Registo de Informações e Prevenção Criminal e do Gabinete Nacional da INTERPOL e o pessoal de investigação criminal têm direito ao uso e porte de armas dos seguintes tipos e calibres:

- 1) Quando fornecidas pelo Estado — armas de qualquer tipo e calibre;
- 2) Quando sua propriedade particular — pistolas ou revólveres até calibre 7,65 mm ou 0,38", inclusive, cujo cano não seja de comprimento superior a 10 cm ou 4".

2.º O pessoal de segurança tem direito, nas condições referidas no número anterior, ao uso e porte de armas de calibre e tipo aí mencionados.

3.º Nos casos previstos nos números anteriores serão considerados como licença os cartões de identificação profissional a que alude o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 295-A/90, de 21 de Setembro.

4.º Ao restante pessoal em serviço na Polícia Judiciária, mediante autorização do director-geral, poderão ser fornecidas armas de tipo e calibre mencionados no n.º 2) do n.º 1.º, desde que os funcionários se encontrem munidos da licença a que se refere o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949.

5.º Os funcionários de investigação criminal aposentados por motivo diverso do de aplicação de pena dis-

ciplinar têm direito ao uso e porte de pistolas até calibre 7,65 mm, inclusive, cujo cano não exceda 10 cm ou de revólveres de calibre não superior a 9 mm (0,38") cujo cano não exceda 5 cm.

1 — O cartão de identificação a que se refere o artigo 110.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 295-A/90, de 21 de Setembro, valerá como licença.

6.º Todas as armas de propriedade particular deverão ser sujeitas a manifesto e registo.

Ministérios da Defesa Nacional e da Justiça.

Assinada em 26 de Abril de 1991.

O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Fernando Nogueira*. — O Ministro da Justiça, *Álvaro José Brihante Laborinho Lúcio*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO COMÉRCIO E TURISMO**Portaria n.º 434/91**

de 27 de Maio

O Decreto-Lei n.º 22/91, de 11 de Janeiro, que estabeleceu o novo estatuto das carreiras e categorias do pessoal de informática, impõe, no artigo 26.º, uma adaptação dos respectivos quadros de pessoal ao regime nele previsto. A presente portaria concretiza a referida imposição legal.

Por outro lado, foram recentemente criadas mais 13 salas de jogo do bingo, distribuídas de norte a sul do País, que exigem, obviamente, a regular fiscalização e vigilância da Inspeção-Geral de Jogos.

Resultam, portanto, novas necessidades de pessoal, que, face à natureza de um serviço fiscalizador, de vigilância de contratos e de arrecadação de receitas, importa rapidamente satisfazer.

Assim, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 22/91, de 11 de Janeiro, e do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Comércio e Turismo, que o quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Jogos, a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 184/88, de 25 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 159/89, de 12 de Maio, e Portaria n.º 578/90, de 21 de Julho, passe a ser o constante do mapa anexo à presente portaria.

Ministérios das Finanças e do Comércio e Turismo.

Assinada em 23 de Abril de 1991.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *Alfredo César Torres*, Secretário de Estado do Turismo.

Mapa anexo a que se refere a Portaria n.º 434/91

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Dirigente	—	—	—	Inspector-geral (a)	1
				Subinspector-geral (b)	2
				Chefe de repartição	1

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Técnico superior . . .	-	Fiscalização, inspecção, inquirição, exames ou outras averiguações referentes ao funcionamento das salas de jogo, à movimentação dos fundos e valores afectados ao seu funcionamento, à escrita, à gestão e à situação económica e financeira ou fiscal das entidades que exploram o jogo, velando ainda pela correcta execução dos contratos de concessão das zonas de jogo, informando superiormente acerca do cumprimento pelas concessionárias das suas obrigações, sugerindo as providências que devem ser adoptadas; instauração de processos respeitantes a infracções cometidas pelas concessionárias e seus agentes.	Técnica superior de inspecção	Assessor principal Inspector-coordenador de jogos Inspector principal de jogos Inspector de jogos de 1.ª classe Inspector de jogos de 2.ª classe	8 12 20 20 47
	-	Apoio jurídico à actividade inspectiva, elaboração de pareceres, informações e estudos de natureza jurídica adequados à actuação da Inspecção-Geral de Jogos.	Consultor jurídico	Assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	1
Informática	-	—	Operador de sistema	Operador de sistema-chefe	1
	-	—		Operador de sistema principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	4
Administrativo	-	Coordenação e chefia administrativa	—	Chefe de secção	3
	-	Execução de funções de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade, processamento, pessoal, aprovisionamento, economato e dactilografia.	Oficial administrativo	Oficial administrativo principal Primeiro-oficial Segundo-oficial Terceiro-oficial	3 6 6 6
	-	Execução de trabalhos de dactilografia e ou de tarefas elementares de oficial administrativo.	Escriturário-dactilógrafo	Escriturário-dactilógrafo (c)	4
Auxiliar	-	Condução e manutenção de viaturas	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	2
	-	Tarefas de vigilância das instalações, distribuição de expediente e acompanhamento de visitas.	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	4

(a) Cargo equiparado a director-geral.

(b) Cargo equiparado a subdirector-geral.

(c) Os lugares de escriturário-dactilógrafo consideram-se automaticamente aditados na categoria de terceiro-oficial logo que vagarem.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 435/91****de 27 de Maio**

Sob proposta das comissões instaladoras do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e das suas escolas superiores;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 63/87, de 17 de Dezembro;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro);

Considerando o disposto na Portaria n.º 374/90, de 14 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, aprovar seguinte:

1.º

Carta de curso do grau de bacharel

O modelo de carta de curso do grau de bacharel conferido pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através das suas escolas superiores, e aprovado pela Portaria n.º 911/89, de 17 de Outubro, passa a ser o constante do anexo 1 à presente portaria.